



SINPOLJUSPI



Ofício Circular nº 04-GPDS/2020

Teresina (PI), 09 de novembro de 2020

A Sua Excelência o Senhor,

ALEPI RECEBIDO

Em, 11/11/20

THEMISTOCLES FILHO – Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí
Assunto: PEC 01/2020 – Cria a Polícia Penal do Estado do Piauí

Ao cumprimentá-lo, vimos, pelo presente, apresentar considerações acerca da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 01/2020 – que cria Polícia Penal do Piauí, especificamente no que se refere o inciso VII do art. 160-B, conforme segue:

1. De início, cumpre-nos destacar que este Sindicato entende ser oportuno modificar a redação do inciso acima citado para evitar interpretações equivocadas. Porém, cabe esclarecer que diversos fatos criminosos podem implicar diretamente na “segurança dos estabelecimentos penais”, competência expressa no § 5º-A, da Emenda Constitucional 104/2019, que criou a Polícia Penal. Neste caso, a atuação da Polícia Penal, em colaboração com a polícia judiciária competente, em investigação sobre infração penal que possa interferir na “segurança dos estabelecimentos penais”, encontra-se adequada com o comando constitucional. A ideia é que ocorra atuação de forma colaborativa, podendo a Polícia Penal atuar de forma integrada com outras forças policiais, trabalhando as informações de forma eficaz e eficiente para evitar o cometimento de infrações penais relacionadas à segurança das unidades penais, contribuindo inclusive na prevenção.
2. Em verdade, na prática os policiais penais já atuam em conduções para a lavratura de flagrantes, principalmente relacionados a tráfico de drogas em estabelecimento penais ou outras situações de crimes praticados por facções criminosas. Como já é de notório conhecimento público, dezenas de facções atuam no sistema prisional brasileiro, cometendo crimes dentro e a partir estabelecimentos penais e isso interfere diretamente na segurança destes e até da sociedade em geral. Sendo assim, um dos objetivos na implementação da Polícia Penal é justamente coibir esse tipo de criminalidade. Para isso, participar do processo de investigação é de fundamental importância para não se perder informações e dados, cruciais para o processo investigativo. Isso não significa invasão de competência da polícia civil, mas ao contrário, trabalho cooperativo e integrativo no combate ao crime, como já ocorre com a polícia rodoviária federal, que atua nas rodovias federais.
3. Não restam dúvidas de que as facções representam verdadeira ameaça a segurança da sociedade, com práticas criminosas extremamente violentas. Com efeito, a coibição de crimes praticados por estas, principalmente com investigações a partir do ambiente prisional, onde os policiais penais têm expertise e atuam com o devido conhecimento do modus operandi dos

SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS E SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DAS SECRETARIAS DA JUSTIÇA E DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - SINPOLJUSPI

Rua Simplicio Mendes, 673 - Centro - Teresina (PI)



SINPOLJUSPI



devem ser condizentes com a realidade fática e jurídica da comunidade penitenciária do Piauí, não
devidos que tenham em mente o princípio da não retroatividade da lei penal, a qual não
poderá ser aplicada retroativamente para beneficiar os presos atualmente em prisão.

4. Assim, PARA EVITAR QUE OCORRAM INTERPRETAÇÕES EQUIVOCADAS EM
RELAÇÃO A O MENCIONADO DISPOSITIVO (ART. 160-B, VII) ESTE SINDICATO
SE REUNIU COM O SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DO PIAUÍ, COM O SECRETÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,
COM O DEP. DR. FRANCISCO COSTA (LÍDER DO GOVERNO NESTA ALERJ) E
COM O DEP. B. SA (RELATOR DA PEC NA CCJ) E APRESENTOU PROPOSTA
COM NOVA REDAÇÃO NO DISPOSITIVO PARA EVITAR INTERPRETAÇÕES
EQUIVOCADAS. Neste caso, a ideia é vincular a questão da atuação das polícias
penais nas investigações a segurança dos estabelecimentos penais e de forma
colaborativa com a polícia judiciária competente, já que assim como a segurança
dos estabelecimentos penais é competência privativa das polícias penais, a
condução do Inquérito Policial é privativa dos Delegados de Polícia. Dessa forma,
FOI MANTIDO ENTENDIMENTO ENTRE OS ATORES CITADOS PARA QUE SEJA
APRESENTADA EMENDA DE PLENÁRIO COM ESSA NOVA REDAÇÃO.

Por todo o exposto, apresentamos a Vossa Excelência nova redação
para o Art. 160-B, VII, com o seguinte teor:

Art. 2º

Art. 160-B O Estatuto da Polícia Penal do Estado do Piauí dispõe sobre:

VII - atuação, em colaboração com a polícia judiciária competente, em
investigação sobre infração penal relacionada a segurança dos estabelecimentos
penais, conforme dispuser a lei.

Com essas considerações, pugnamos a V. EX. pelo acolhimento da redação final
da Proposta de Emenda à Constituição 001/2020, que cria a Polícia Penal, já
aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, sob relatoria do Deputado B. SA,
modificando apenas a redação do inciso VII do art. 160-B, conforme acima proposto.

Certos da Vossa compreensão, subscrevemos, nos

Atenciosamente,

Kleiton Holanda Pereira
Presidente do Sindicato

Kleiton Holanda Pereira
Presidente do SINPOLJUSPI